

“É UMA EXPERIÊNCIA DOS POBRES...”: trajetórias de trabalhadores negros na cidade de Itumbiara-GO (1980-2010)¹

Yanglely Adriano Marinho²

GT: TRABALHO E TRABALHADORES EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO: MEMÓRIAS, HISTÓRIAS, VIVÊNCIAS.

Resumo

O trabalho procura perceber a movimentação de trabalhadores negros, em meio às diversas práticas sociais que estes vêm desenvolvendo na cidade de Itumbiara- GO, a partir de 1980. Neste sentido, procurei empreender uma abordagem que não isolasse estes sujeitos, mas buscasse evidenciar como procuram afirmar seus interesses, seus valores e, assim, acabam colocando em tensão modos de viver a/na cidade. Neste caminho, o objetivo foi colocar estas mesmas perspectivas no processo histórico em que se desenvolveram, dentro de disputas, consensos, negociações e contradições. Acompanhar de perto como estes trabalhadores negros vivem esta/nesta cidade em desigualdade de condições e a maneira como lidam com um campo comum de possibilidades que vai se estabelecendo no social, contribuiu muito para a evidenciação de sujeitos vivendo suas culturas não apenas enquanto tradição e/ou folclore, mas enquanto modo de vida e modo de luta.

Palavras-Chave: Trabalhadores Negros. Cidade. Cultura. Tensão Social.

A discussão que desenvolvo neste trabalho tem como principal objetivo perceber a movimentação de trabalhadores negros na cidade de Itumbiara³, a partir de 1980. A opção por dar prioridade a este período foi se definindo a partir do desenvolvimento da própria pesquisa. Conversando com diversos trabalhadores negros, a década de 1980 começou a aparecer como um momento significativo para a “reorganização” do Congado, assim como de outras práticas constituintes da movimentação destes sujeitos em Itumbiara. Outra questão foi que tratam deste período alguns materiais que pude ter acesso (jornais e revistas), e que foram importantes para a problematização de projetos, imagens e modos de viver a/na cidade.

Entendo que é nesta movimentação de sujeitos em seu fazer-se cotidiano – no trabalho, desenvolvendo valores, construindo territorialidades, identificações –, que a cidade vai sendo constituída de forma tensa e contraditória. Portanto, uma preocupação constante de minhas abordagens foi não isolar grupos sociais específicos, analisando aquilo que seria a sua vida na cidade, mas, sim, pensar nas relações mantidas entre diversos sujeitos sociais que vão dando formas a espaços urbanos compartilhados em desigualdades de condições. O interesse em dialogar com estes sujeitos específicos, ponto de partida para a compreensão de valores que vão tensionando modos de viver a/na cidade, veio, quando ainda em meados de 2008, tive contato com a reportagem a seguir veiculada pelo periódico local *Folha de Notícias*:

¹ Este texto é resultado de reflexões apresentadas em minha dissertação de mestrado, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Professora Doutora Dilma Andrade de Paula.

² Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás, unidade de Itumbiara-GO e Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor efetivo da rede estadual de Goiás no município de Itumbiara e professor substituto do Instituto Federal de Goiás, campus Itumbiara. e-mail: yangleyamarinho@yahoo.com.br

³ Itumbiara está localizada no sul de Goiás, a 204 km de Goiânia e a 400 km de Brasília.

Dois parlamentares do Partido dos Trabalhadores, o deputado federal Pedro Wilson e o deputado estadual Mauro Rubem, visitaram recentemente a cidade de Itumbiara. Na agenda de Pedro Wilson, ele teve uma reunião com o presidente da Câmara Municipal, vereador Fernando Andrade, acompanhado de representantes do diretório do PT e representantes do movimento negro, congada e moçambique da cidade. Eles solicitaram à câmara e ao prefeito Zé Gomes, a doação de uma área destinada à construção de centro cultural para resgatar e manter viva as tradições da comunidade negra, como o Congo Beira Mar, Real Moçambique e Navio Negreiro. A área seria no setor oeste e diante da manifestação positiva do presidente da Câmara e do Executivo em ceder o terreno, Pedro Wilson se comprometeu a garantir os recursos para edificação do centro cultural junto ao governo federal, através de emenda parlamentar de sua autoria (*FOLHA DE NOTÍCIAS*, nº 3357, 2008, p. 4).

Ao entrar em contato com esta narrativa, tive logo o desejo de discutir o quanto as relações sociais eram ali apresentadas de forma simplificada. Incomodava-me a passividade na qual a imprensa enquadrava aqueles trabalhadores e resolvi empreender uma investigação que “revelasse” tamanha manipulação. Esta postura limitada me impedia de considerar um conjunto de possibilidades, onde, por exemplo, o “resgatar e manter viva as tradições da comunidade negra”, poderia indicar uma perspectiva de se pensar a sociedade. Ou seja, a perspectiva da pluralidade e da diversidade democrática, ocultando as relações de desigualdade que compõem o campo social. Também, naquele momento, não problematizava o que significaria este não ter um “centro cultural” para aquelas pessoas e o que isso indicaria das possibilidades de se viver em Itumbiara nestes últimos anos.

Assim, mesmo sem a intenção, minha abordagem inicial restringia-se à descrição de como estes trabalhadores viviam/vivem em constante conflito com outros segmentos da sociedade itumbiarenses, a fim de prosseguirem com o desenvolvimento de práticas sociais e valores que julgam importantes dentro do conjunto de suas vivências. Na passagem a seguir, Yara Aun Khoury sugere a ampliação das questões que envolvem o campo de atuação dos sujeitos:

Abordando a história como um processo construído pelos próprios homens, de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória, o sujeito histórico não é pensado como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas. (...) Nessa perspectiva, a cultura não é pensada como curiosidade ou um exotismo, mas enraizada na realidade social, impregnada de um sentido intenso, por meio da qual as pessoas se expressam, reagem, exercendo, ou não, suas possibilidades criativas, forjando os processos de mudança social. (KHOURY, 2001, p. 80)

Esta perspectiva defendida pela autora – pensar a história enquanto processo construído de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória – sempre esteve presente nas discussões propostas pelos professores vinculados à linha Trabalho e Movimentos Sociais, seja no curso das disciplinas ou por ocasião de encontros com professores de outras instituições. Atentar para a complexidade de tal abordagem foi sempre tarefa difícil, uma vez que significava abrir mão de uma visão que não levava em consideração o caráter contraditório, não linear das ações dos sujeitos, ao viverem suas diversas demandas cotidianas. Assim, mais do que confirmar o suposto de que a

“comunidade negra” não é passiva da forma com a qual é apresentada pela reportagem, busquei pensar as relações que se desenvolvem na cidade de Itumbiara, muitas vezes com uma configuração bastante desigual.

A escolha por dialogar com trabalhadores negros integrantes de grupos de Congado deixou sempre mais próximo o perigo, indicado por Khoury, de se tomar a cultura destes sujeitos como sendo o exótico, o curioso. Não por acreditar nesta perspectiva, mas por abordagens ou procedimentos que isolassem algo que não se vive como folclore e, sim, como modo de luta.

A leitura e reflexão de outros trabalhos no campo da Antropologia ou mesmo da História, mostrou-se de fundamental importância para a avaliação destes riscos de folclorização de modos de viver. Neste sentido, o primeiro trabalho que tive contato foi de Larissa Oliveira Gabarra, intitulado *A dança da tradição: o Congado em Uberlândia – MG, século XX*. Na busca de “escrever a história do Congado de Uberlândia, nomeando outros sujeitos sociais”, Gabarra opta por um procedimento de descrição dos festejos, onde, segundo a autora, “o povo se encontra, desfaz e refaz sua identidade colocando sua prática, como um desejo de vida, uma renovação cíclica, que se inicia, se finda e se reinicia na vivência do ritual”. (GABARRA, 2004, p. 19)

Também no campo da História, Fernanda Pires Rubião pesquisa sobre o Congado na cidade de Oliveira – MG. (RUBIÃO, 2010) Apesar de inicialmente se debruçar sobre os conflitos e as disputas envolvendo a Festa do Congado em Oliveira ao longo do século XX, a autora abandona a possibilidade de pensar os desdobramentos destas tensões, passando também a descrever minuciosamente o ritual do Congado como prática identitária, “manifestação cultural”. Até mesmo os conflitos dentro dos grupos e entre os grupos são tratados como “desvios”, não precisando, portanto, ser investigados.

Já no campo da Antropologia, Camila Camargo Vieira analisa o Congado na Comunidade dos Arturos na cidade de Contagem – MG. Fazendo uso de referenciais próprios de uma investigação antropológica – observação participante, descrição densa, entre outros – a autora busca refletir sobre “a sutil passagem da memória oral para a corporal dentro do ritual do Congado na Comunidade dos Arturos”. Neste sentido, grande parte das preocupações deste trabalho voltam-se, principalmente, para o ritual, a dança, a expressão dos corpos, amparadas também por teorias como “o corpo como forma de expressão, sendo possível, portanto, através da superfície dos corpos, demonstrar as profundezas da vida social” (VIEIRA, 2003, p. 45), ou ainda, “os rituais representam a forma das relações sociais e dão a elas expressão visível, capacitando as pessoas a conhecer sua própria sociedade”. (Idem, p. 54)

Estes são trabalhos que, apesar de suas especificidades, estão estruturados segundo perspectivas e procedimentos muito semelhantes. Os autores estão sempre procurando relacionar os festejos do Congado, a estruturação dos rituais, com uma suposta busca dos sujeitos em estabelecer uma ligação com um “passado ancestral”, uma “identidade negra” forjada ainda na África e também na escravidão. Estes são encaminhamentos possíveis e com ampla aceitação, dado o número de trabalhos produzidos nestes moldes nos últimos anos. No entanto, considero que ficar preso à festa e ao ritual, impede que se perceba o que seria a busca dos sujeitos por uma ligação com um passado africano e escravo, também como tentativa de legitimar suas ações em torno de outras demandas cotidianas, em outras dificuldades e disputas vividas na/pela cidade.

Dialogando com alguns destes trabalhadores, pude perceber um conjunto de situações compartilhadas. Assim, as dificuldades com a moradia; muitos dos entrevistados dividem o espaço de suas casas com familiares, autorizando que pequenas

construções sejam feitas em seus terrenos, como uma forma de ajudar os que lhes são próximos. As dificuldades com o orçamento; mesmo após a aposentadoria é preciso continuar trabalhando, devido a insuficiência dos recursos. As dificuldades com os festejos; a falta de um espaço para realizarem os ensaios e receber os grupos de Congado que chegam de outras cidades, o que acaba gerando conflitos com outros segmentos sociais. Enfim, acompanhar mais de perto a vida destes sujeitos foi trazendo evidências de uma condição de classe, que vem se movimentando em meio a modos de vida, valores e práticas sociais em disputa na/pela cidade.

Buscar a dinâmica e a complexidade das relações que vão sendo produzidas no social significou estar constantemente atento às evidências que vão sendo deixadas, à medida que os sujeitos afirmam ou procuram a afirmação de seus modos de viver a/na cidade, em convívio ou em oposição a outros. Desta maneira, à medida que minhas questões e inquietações iam ganhando força, um maior número de materiais – periódicos, panfletos, atas de reuniões, ofícios, cartazes, entre outros – passaram a ser compreendidos como fontes para a interpretação de um processo histórico em permanente construção. No trecho a seguir, Yara Khoury sugere que na produção do conhecimento histórico, o historiador recorra a fontes diversificadas e, principalmente, lance sobre as mesmas um novo olhar:

Buscando apreender os significados mais profundos das relações sociais, e da mudança histórica, compreendendo e incorporando a diversidade de perspectivas e pontos de vista, como possibilidades alternativas colocadas no social, procuramos dar uma explicação densa dos fatos e trabalhá-los acima de qualquer compartimentação. Para isso não só recorremos a uma gama bastante diversificada de fontes, como lançamos um novo olhar sobre elas. Nós as pensamos em sua própria historicidade, como expressões de relações sociais, assim como elementos constitutivos dessas relações. Escolhê-las e analisá-las implica identificá-las e compreendê-las, no contexto social em que se engendram e, igualmente, dentro de nossas perspectivas de investigação. Nesse sentido, mais do que buscar dados e informações nas fontes, nós as observamos como práticas e/ou expressões de práticas sociais através das quais os sujeitos se constituem historicamente (KHOURY, 2001, p. 81).

Não foi tarefa fácil entender que as evidências encontradas na pesquisa, pensadas aqui enquanto fontes, não poderiam ser tratadas apenas como informações, mas como algo que expressam e constituem práticas sociais. Neste caminho, busquei um maior aprofundamento no trabalho com narrativas orais, o que, aos poucos, foi se revelando um desafio, por tratar-se de um procedimento que lida com pessoas reais, sujeitos de suas histórias e que estão, a todo o momento, lidando com as possibilidades que vão sendo colocadas para se viver dentro de uma condição compartilhada. Neste sentido, Alessandro Portelli observa que:

A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. Mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que lembrar-nos que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas necessárias abstrações das ciências

sociais, parecendo-se mais com um mosaico, um patchwork, em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. É uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-me ainda muito mais coerente, não só com o reconhecimento da subjetividade, mas também com a realidade objetiva dos fatos (PORTELLI, 1996, p. 8- 9).

Cada vez mais estimulante foi esmiuçar este “campo de possibilidades compartilhadas” que vai sendo aberto pelos sujeitos à medida que relembram e avaliam suas trajetórias, não só em termos do que lhes acontecera, mas também do que lhes era possível acontecer pelas condições comuns em que estavam vivendo. Desta maneira, procurei trabalhar as narrativas orais, assim como os demais materiais tratados como fontes nesta pesquisa, não como um caminho para se chegar a “outras histórias”, mas como forma de identificar e problematizar as negociações e os conflitos que estavam/estão sendo travados entre os segmentos sociais, a fim de obterem o reconhecimento de seus valores e de seus modos de viver a/na cidade de Itumbiara, a partir de 1980.

Embora a intenção nunca tenha sido “contar a história do Congado em Itumbiara”, desde o início, os sujeitos que escolhi dialogar para a composição do trabalho foram trabalhadores negros que tem em comum o desenvolvimento desta e de outras práticas sociais nesta cidade. Como já foi dito, o isolamento destes sujeitos, causado por algumas das perspectivas inicialmente empregadas, obrigou a mudança em direção a um procedimento que trouxesse a cidade como o campo comum de problematização. Neste sentido, resolvi manter o diálogo com este grupo específico, não por comodidade, mas por entender que, pensar a maneira como desenvolvem suas ações diárias, seu relacionamento com outros segmentos sociais é, em grande medida, pensar a cidade sendo constituída através destas relações.

Para iniciar um contato com estes sujeitos, procurei saber quem eram os representantes dos grupos de Congado citados na reportagem que destaco nas páginas iniciais do presente texto. Com isso, consegui chegar até dona Cecília e dona Iracema, líderes dos grupos Beira Mar e Moçambique Real, respectivamente. Fui até a residência das duas com o intuito de, primeiramente, me apresentar, falar das minhas intenções com a pesquisa, saber da disponibilidade de ambas e, só então, marcar outro momento para gravar as entrevistas. Procurei tomar o máximo de cuidado nesta aproximação inicial, não só com dona Cecília e dona Iracema, mas com todas as pessoas que conversei, a fim de não incomodá-las e/ou inibi-las. Era preciso estabelecer uma relação de confiança com cada entrevistado, pois isto teria influência direta no “produto final”. Pensando nesta questão, Alessandro Portelli observa que:

(...) historiadores que trabalham com história oral estão cada vez mais conscientes de que é um discurso dialógico, criado não somente pelo que os entrevistados dizem, mas também pelo que nós fazemos como historiadores – por nossa presença no campo e por nossa apresentação do material. A expressão “história oral”, (...) refere-se simultaneamente ao que os historiadores ouvem (as fontes orais) e ao que dizem ou escrevem. (...) remete ao que a fonte e o historiador fazem juntos no momento de seu encontro na entrevista (PORTELLI, 2001, p. 9- 36).

Dentro do que sugere Portelli, este “produto final” não seria meramente a organização de “informações” colhidas junto à “testemunha”, mas um discurso dialógico, ou seja, algo único que é resultante do encontro entre entrevistador e

entrevistado. Assim, apesar de sempre levar algumas questões prontas, nunca me senti no direito de “interrogar” ninguém. Procurei, na medida do possível, estabelecer um diálogo, onde os entrevistados pudessem me compreender, bem como, eu a eles.

No decorrer da pesquisa tive muitas conversas informais com vários trabalhadores. Porém, entrevistas gravadas realizei com apenas seis deles; as irmãs Iracema Pereira da Silva e Luzia Santos Florêncio; Cecília Conceição de Oliveira e Juseslene de Oliveira Silva, mãe e filha respectivamente e o casal Alcides Gomes da Silva e Terezinha Maria do Nascimento Silva.

Iracema Pereira da Silva tem 63 anos, é viúva e moradora da Rua Santa Tereza, nº489 no Bairro Planalto. Com muitas dificuldades vem liderando o grupo “Moçambique Real”, onde segundo ela, pela falta de apoio, às vezes precisa tirar dinheiro da pensão deixada por seu marido no intuito de suprir algumas necessidades do grupo, prejudicando ainda mais o já apertado orçamento doméstico. Diante disso, precisa complementar sua renda trabalhando como vendedora autônoma pelas ruas da cidade. Também participa de outros grupos e instituições como por exemplo o CEREA, onde já ocupou cargos de diretoria.

A dona Luzia Santos Florêncio tem 69 anos, também é viúva, moradora da Rua Botafogo, nº 58 no Bairro Santos Dumont. Ela, sua irmã Iracema, seus pais e o restante dos irmãos, viveram durante muito tempo como migrantes – ou andarilhos, como ela mesma define – sem moradia fixa, sem frequentar escola, passando por todos os tipos de privações. Foi trabalhadora rural e doméstica por vários anos e hoje conta com orgulho ter conseguido, mesmo com todas as dificuldades, aprender a ler e escrever, chegando até a lançar um livro de sua autoria “Mesmo assim eu sou feliz”, publicado pela editora Vozes. Participa ativamente do grupo Moçambique Real liderado por sua irmã e atua também, já há 40 anos como catequista na Paróquia de Cristo Rei em Itumbiara. Devido a este forte engajamento na Igreja, já foi escolhida para ser representante de Itumbiara em vários encontros regionais e nacionais promovido pelas CEBs, Comunidades Eclesiais de Base.

Dona Cecília Conceição de Oliveira, 80 anos, viúva é moradora da rua Pio XII, nº 280 no bairro Setor Oeste. Chegou com a família em Itumbiara na década de 1960, depois de ter passado por várias cidades do Triângulo Mineiro como Conceição das Alagoas, Araxá e Sacramento. Trabalhou por vários anos na Prefeitura de Itumbiara e em Furnas, onde ficou doente e se aposentou. É líder e fundadora do grupo Congo Beira Mar. Já foi candidata a vereadora em várias oportunidades. Também exerceu por vários anos o cargo de Presidente da associação de moradores do bairro Setor Oeste.

Jesuslene Oliveira Silva, 49 anos, filha de dona Cecília, é casada e reside na Rua dos Chapas, quadra B, lote 18 no bairro Vila Mutirão. É ativa participante do grupo Congo Beira Mar e também do Movimento Negro em Goiás, sendo representante em Itumbiara da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Dona Jesuslene se define também como mãe de santo, atividade a qual tem se dedicado muito nos últimos anos.

Alcides Gomes da Silva, 71 anos e Terezinha Maria do Nascimento Silva, 63 anos, casados há quase cinco décadas, são moradores da rua Frei Hugo, nº 97 no Bairro Novo Horizonte. Ambos também vindos de cidades do Triângulo Mineiro, Uberlândia e Canápolis, conheceram-se na zona rural de Itumbiara. Na época, década de 1960, obtinham o sustento da família trabalhando nas fazendas da região, até que, na década de 1970 seu Alcides viu no emprego de pedreiro nas várias hidrelétricas em construção pelo país, a possibilidade de se obter melhores condições de vida. Rodaram por várias cidades até voltarem pra Itumbiara na década de 1990. São integrantes do grupo “Congo Beira Mar de dona Cecília, atuando como “festeiros” (organizadores das festividades)

em várias oportunidades. Hoje, mesmo aposentados continuam trabalhando, pois, segundo eles, é a única forma de ajudar os filhos, aumentar e reformar a casa, entre outras coisas que não seriam possíveis apenas com a renda da aposentadoria.

Para tornar compreensível uma narrativa, onde a cidade surge através das ações destes e de outros sujeitos, procurei problematizar imagens e projetos de cidade que foram me inquietando, à medida que ia avançando na pesquisa. Através de alguns livros de memorialistas, procurei evidenciar articulações que parecem compor um projeto que tenta organizar valores, modos de viver, buscando sua afirmação ao ligar-se nos caminhos daqueles que, supostamente, “fundaram” o lugar, reforçando tal memória e, ao mesmo tempo, buscando legitimidade para as ações que se quer empreender no presente.

Neste caminho, busquei perceber dentro de periódicos e outros materiais, a formulação de uma memória que se quer única em Itumbiara, não como forma de denúncia, mas tentando situar dentro das correlações de forças que vem sendo formadas nas últimas décadas, os sentidos que estão se constituindo como hegemônicos na cidade. Neste sentido, as perspectivas problematizadas, em grande medida, almejam legitimar a ação de quem supostamente está (re)colocando a cidade no “rumo certo”, tal como teriam feito os “primeiros desbravadores” e “personagens ilustres” do lugar. Assim, procuro compreender esta “cidade de todos” como o lugar formulado para que grupos dominantes melhor acomodem seus projetos, suas práticas, seus valores.

O intuito foi não apenas questionar uma perspectiva de cidade harmônica, mas evidenciar a movimentação contraditória dos sujeitos ao compartilharem de maneira desigual a mesma cidade. Pude destacar tal contradição adentrando os mesmos arquivos da imprensa local. Assim, em reportagens realizadas com a suposta intenção de “denunciar” a falta de limpeza de bairros “periféricos” ou problemas de trânsito – situações não condizentes com a imagem de cidade discutida anteriormente –, procurei trazer à tona uma cidade sendo constituída de forma tensa e menos consensual.

Interpretando as entrevistas que produzi em conjunto com alguns trabalhadores, integrantes de grupos de Congado de Itumbiara, pude perceber sujeitos, com trajetórias distintas e ao mesmo tempo tão semelhantes – pela condição de classe que vivenciam –, compartilhando, disputando e vivendo esta cidade, por meio de relações desiguais, mantidas junto a outros segmentos da sociedade local.

Assim, a luta diária, os enfrentamentos para a afirmação de seus valores e projetos surgem não isoladamente, mas dentro de um horizonte compartilhado de questões que me fazem pensar que estas pessoas vivem uma condição de classe. Tal perspectiva foi ganhando força à medida que muitos entrevistados foram trazendo questões que são significativas neste sentido. Como no caso de dona Luzia, que, ao lembrar a época em que trabalhava como doméstica, procurou deixar claro que nunca aceitou ser maltratada por ninguém, pois uma coisa era certa, as pessoas para as quais trabalhava nunca iam fazer o serviço que ela realizava, mas sim uma pessoa da mesma “classe” que ela. Portanto, se a mesma não trabalhasse em determinada casa, trabalharia em uma outra. Estas colocações me chamaram a atenção, não por dona Luzia ter se situado em uma classe, mas por sua fala ter me instigado a ir além, a perseguir esta movimentação dos sujeitos em meio a relações classistas.

Busquei também destacar a forma como o apoio ao Congado, e a outras “manifestações culturais”, vem sendo articulado numa prática que visa conceber a cidade enquanto espaço da diversidade e pluralidade, ocultando as disputas e tensões cotidianas. Disputas e tensões evidenciadas nas dificuldades que estes trabalhadores encontram diante dos limitados recursos para suprir as necessidades da família ou pela falta de um espaço para desenvolverem suas práticas, como no caso dos festejos do

Congado. Questões que compõem um campo de possibilidades compartilhado, onde as identificações vão sendo forjadas, dia após dia, tanto no consenso, quanto no dissenso.

Seja resistindo ou reivindicando, seja negociando ou caindo em resignação procurei colocar em movimento, sujeitos atuando segundo interesses classistas na tentativa de afirmação e/ou manutenção de valores e práticas, que acabam colocando em conflito modos de viver a/na cidade de Itumbiara a partir de 1980.

Procurei dar continuidade na evidenciação de sujeitos se movimentando segundo interesses classistas tendo como base a análise de diversos materiais. Muitos destes materiais me foram apresentados por dona Luzia. O livro de sua autoria “Mesmo assim eu sou feliz” e os filmes “Magnificat” e “O anel de tucum” surgiram, neste sentido, não como exemplos de uma experiência individual, mas de uma série de situações compartilhadas por muitos sujeitos em Itumbiara no final dos anos 1980 e início dos 1990.

Estes materiais cedidos por dona Luzia, assim como diversos outros, apontaram para um intenso envolvimento destes trabalhadores com a Igreja Católica. Assim como em várias localidades espalhadas pelo país, as CEBs aparecem de maneira muito significativa dentro de suas experiências na Itumbiara dos anos 1980. Neste sentido, a percepção que tive é que as propostas das CEBs foram aproveitadas como um meio de organizar e/ou potencializar ações de solidariedade, sentidos de sobrevivência mútua, já desenvolvidas por muitos sujeitos naquele momento. A interpretação que desenvolvi se deu no sentido de que esta relação entre trabalhadores negros e Igreja, não vem ocorrendo de uma forma exclusivamente religiosa, mas também como um viés de negociação marcado por contradições, consensos e conflitos.

Estar atento à dinâmica das experiências dos sujeitos foi essencial para perceber como estes se movimentam, tentam ampliar suas possibilidades de atuação política, buscando meios para conseguirem resistir às restrições impostas por diversas instituições representantes de interesses hegemônicos na cidade.

Observando como se desenvolve a relação entre estes trabalhadores negros e o Poder Público Municipal, partidos políticos e seus representantes foi possível perceber como os sujeitos estão cotidianamente negociando e impondo limites às imagens projetadas por estes grupos e que pretendem definir a priori o que é a cidade de Itumbiara e como se deve interpretá-la. Desta forma, materiais como atas, ofícios, projetos de lei, entre outros, ganharam força em minhas análises como espaços privilegiados de negociação e resistência, como expressões de práticas sociais vivenciadas pelos sujeitos enquanto modo de vida e modo de luta e não apenas como tradição.

Considerações Finais

Desde o momento em que estabeleci o primeiro contato com os trabalhadores negros com os quais dialoguei ao longo do presente trabalho, percebi estar tratando com pessoas que, a exemplo de tantas outras neste país, traziam as marcas de uma vida construída não sem muitas dificuldades. Devo confessar que esta percepção inicial baseou-se em grande medida na aparência humilde destas pessoas, bem como nas condições simples e, muitas vezes, improvisadas das moradias onde vivem, juntamente com seus familiares. Percepção inicial que se confirmaria naquilo que narraram sobre suas experiências de vida, repletas de momentos de incertezas, pelas andanças que, muitos deles tiveram que encarar em algum momento a procura de melhores condições de trabalho, moradia, enfim, como eles mesmos apontam, melhores condições de vida.

Em meio a uma série de práticas desenvolvidas cotidianamente, o Congado foi aquela que assumiu maior força nas narrativas produzidas por estes sujeitos. Dentro disso, uma das grandes preocupações que tive no foi não restringir as movimentações que protagonizam na cidade apenas enquanto tradição. Neste ponto, a questão não esteve em negar aquilo que os entrevistados vieram apontando desde o início quanto a continuarem com os festejos do Congado em Itumbiara por se tratar de algo tradicional dentro de suas famílias. Me esforcei sim, no sentido de não cair na descrição densa desta prática como uma manifestação folclórica, algo descolado das questões que os sujeitos experimentam atualmente, uma prática que se explicaria por ser uma tradição e isso lhe bastando apenas.

De forma alguma há como desconsiderar o que estes sujeitos dizem em respeito aos seus familiares, “(...) sempre que a gente tá festejando, celebrando, (...) agente sente a presença deles junto com nós. (...) dos nossos avós...” (Jesuslene de Oliveira Silva, set. 2008). Considerando também as reflexões de E. P. Thompsom ao dizer que “os homens e mulheres também retornam” (THOMPSON, 1981. p. 182) dentro da experiência como valores, sentimentos, perdas; tentei perceber a força desta movimentação na vida dos sujeitos em termos de valores. Valores que não permanecem estáticos, mas que estão em movimento e vão sendo reformulados, dialogando com o que vivem e querem destacar nas suas práticas.

Neste sentido, busquei pensar como o Congado vem se tornando na vida dos sujeitos uma importante referência política que, dentro do que se tem pregado enquanto valorização de uma “cultura afro-brasileira”, lhes permite um maior poder de negociação com o Poder Público Municipal e nas esferas estadual e federal, assim como também possibilita que ocupem, nem que por uma vez no ano, espaços da cidade os quais normalmente não possuem acesso.

Acredito que as reflexões desenvolvidas até aqui contribuam para uma melhor problematização de modelos pré-estabelecidos que muitas vezes enquadram os sujeitos para explicar mecanicamente seus posicionamentos ante a sociedade. Acompanhar a experiência de alguns trabalhadores negros em Itumbiara possibilitou, por exemplo, desconfiar e problematizar medidas, leis e estatutos que estabeleceram recentemente a obrigatoriedade de se trabalhar nas escolas a Cultura Afro-Brasileira.⁴ Particularmente acredito na necessidade de se trabalhar a questão. O problema está na maneira que se quer trabalhar, pregando-se a existência de uma dada Cultura Afro-Brasileira estática e uniforme. Procedimento que acredito não contribuir para se explorar as vivências dos sujeitos em toda sua complexidade, uma vez que estes não vivem sua cultura apenas como tradição, mas como modo de vida e de luta.

Ao acompanhar a movimentação destes trabalhadores negros, disputando com outros segmentos da cidade a afirmação de seus modos de vida, acredito ter conseguido evidenciar uma cidade bem diferente daquela que normalmente vem sendo propagandeada nos cartões postais e reportagens veiculadas através da imprensa local. Uma cidade que não se faz apenas de harmonias e consensos, mas também nos conflitos e contradições que se formam em meio às relações desiguais desenvolvidas entre os grupos sociais que a compõem.

Assim, a imagem de cidade progressista difundida através dos projetos turísticos e/ou de revitalização, não se sustenta perante as narrativas e as práticas protagonizadas pelos sujeitos com os quais dialoguei. Narrativas e práticas que expressam não só as condições em que vivem estes trabalhadores negros, mas um horizonte de questões

⁴ Me refiro especificamente à lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e ao Estatuto da Igualdade Racial “lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010”. Ambas disponíveis em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=106. Acesso em 27/05/2011.

compartilhadas entre as pessoas de sua comunidade e de outras espalhadas pela cidade. Condições de quem não tem os seus valores reconhecidos e respeitados sem luta e/ou resistência. Condições de quem, mesmo após a aposentadoria, tem que trabalhar para se ter um pouco mais de conforto para si e para a família. Enfim, condições compartilhadas por aqueles que são trabalhadores pobres neste país.

BIBLIOGRAFIA

GABARRA, Larissa O. *A dança da tradição: Congado em Uberlândia (séc. XX)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

KHOURY, Yara Aun et al. Narrativas orais na investigação da história social. Projeto História. São Paulo. n. 22, Junho/2001.

RUBIÃO, Fernanda Pires. *Os negros do Rosário: memórias, identidades e tradições no Congado de Oliveira (1950-2009)*. 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo. Rio de Janeiro, n. 2, dez./1996. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-3.pdf>, Acesso em: out. 2010.

_____, Alessandro. História oral como gênero. *Projeto História*. São Paulo, n. 22, p. 9- 36, Junho/2001.

THOMPSON, E. P. *Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VIEIRA, Camila Camargo. *No giro do Rosário: dança e memória corporal na Comunidade dos Arturos*. 2003. 183 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 45. Disponível em: WWW.teses.usp.br. Acesso em: jul. 2010.